

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

O Bloco de Esquerda teve conhecimento da seguinte situação: a um utente em espera para cirurgia à coluna no hospital de Santo António, Porto, foi emitido um vale de cirurgia, certamente por se ter ultrapassado o tempo de espera legalmente previsto. Com a emissão do vale cirurgia foram dadas a escolher duas instituições privadas convencionadas com o SNS, tendo o utente escolhido o Hospital Particular de Paredes.

No entanto, quando o mesmo utente se dirigiu ao Hospital Particular de Paredes para consulta de especialidade, foi informado de que o hospital, afinal, não faria a tal cirurgia por entender que o valor que receberiam pela mesma era muito baixo. Posto isto, o utente fiou sem cirurgia e sem solução, tendo de continuar a aguardar.

Esta situação exige intervenção do Governo. Primeiro, porque os hospitais do SNS devem garantir cirurgias a tempo e horas e não podem depender de convencionados para a concretização das suas tarefas; segundo, porque é inadmissível que uma entidade que aceita ser convencionada do SNS se recuse, depois de emitido o vale cirurgia, a determinados procedimentos porque quer receber mais dinheiro do SNS. E o utente onde fica no meio disto tudo? É apenas instrumental para a entidade convencionada? Foi obrigado a uma deslocação e a uma consulta inútil, só para ouvir que não farão a cirurgia?

Esta situação tem de ser averiguada. Se o Hospital Particular de Paredes se comporta assim não pode ter qualquer tipo de convenção com o SNS. Como se vê por este caso, os vales cirurgia não são solução, pelo que a aposta deve ser no fortalecimento da resposta do SNS e não o contrário.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério da Saúde as seguintes perguntas:

1. Tem conhecimento desta situação?

2. Que medidas serão tomadas junto do Hospital Particular de Paredes, entidade convencionada com o SNS, depois desta atitude inadmissível?
3. Que medidas estão a ser tomadas para que o hospital de Santo António responda em tempo útil a esta e a outras cirurgias em espera?
4. Quais são os tempos médios para cirurgia neste hospital do SNS?

Palácio de São Bento, 3 de junho de 2022

Deputado(a)s

CATARINA MARTINS(BE)